

A produção da “cidade latino-americana” *

Adrián Gorelik

Tradução de Fernanda Arêas Peixoto

Sobre a “cidade latino-americana” como categoria

Como ocorre com a expressão “cultura latino-americana” e com a noção mesma de “América Latina”, a idéia de “cidade latino-americana” mostra-se de modo mais nítido quanto mais afastados estamos de qualquer referente real. Qual cidade caberia com clareza nesta categoria: Havana ou Caracas, Montevideu ou México, Cuzco ou Buenos Aires? O que define uma delas dificilmente serve para a outra. E não se trata apenas de uma dificuldade que se apresenta entre realidades urbanas nacionais: como agrupar em uma mesma categoria Ouro Preto, São Paulo e Brasília, no Brasil, ou Cartagena das Índias e Bogotá, na Colômbia? Que espécie de “cidade latino-americana” encarnaria cada uma delas? Que mapa pode ser delineado no conjunto? Se cada cidade apresenta qualidades distintas que dificultam sua integração, sem mais, numa categoria abrangente, seria absurdo tentar definir a cidade latino-americana por meio de um ideal de *representação* de um conjunto de características a ela atribuídas, como uma espécie de Frankenstein urbano; tão absurdo seria o procedimento que ele poderia levar-nos rapidamente à conclusão de que a única cidade latino-americana realmente existente é Miami. Com efeito, a clássica indiferenciação da malha urbana norte-americana, visivelmente distinta de qualquer cidade latino-americana real, permitiu, no entanto, que nas últimas décadas se desenvolvessem

*Este texto é a versão corrigida de uma comunicação apresentada na jornada “Redes intelectuais e história social da cultura”, 12-13 ago. 2003, Departamento de Sociologia da Universidade de São Paulo. Ele resume os aspectos programáticos de uma investigação sobre o mesmo tema que o autor vem desenvolvendo graças a uma Bolsa Guggenheim: *Cultura urbana latinoamericana. El ciclo de producción y crítica de la “ciudad latinoamericana” como figura de la imaginación social y política del continente*. Alguns desses aspectos foram previamente trata-

dos em “Richard Morse y la ‘ciudad latinoamericana’: apogeo y decadencia de un ciclo”, trabalho apresentado no I Colóquio Venezuelano de Historiografia Urbana, 10 fev. 2004, em Caracas, e publicado em *Releza*, 20, jul.-dez. 2004.

1. A figura da “cidade análoga” foi criada pelo arquiteto italiano Aldo Rossi, nos anos de 1970, e remete a uma imagem condensada e sintética, forjada por justaposição de monumentos e construções, reais e ideais. O hotel de Las Vegas ou a cidade de Miami seriam aplicações paródicas dessa figura crítica. Para a rentabilidade dessa figura, pensada como produto cultural e figura de conhecimento, nos estudos de história intelectual e de história da cidade, ver Gorelik (1999) (N. T.)

2. Abordei essa questão em Gorelik (2004a).

em Miami múltiplos fragmentos de culturas urbanas de países latino-americanos, de modo que, da “pequena Havana” em diante, se formaram retalhos de paisagens urbanas dominicana, porto-riquenha, mexicana ou argentina, sendo possível percorrer a cidade como um parque temático de cidades latino-americanas. Assim como a cultura do entretenimento construiu em Las Vegas um enorme hotel “análogo” à cidade de Nova York (com a estátua da Liberdade e os edifícios mais emblemáticos em escala), a cultura das migrações converteu Miami numa espécie de “capital latino-americana análoga”¹, reunindo tudo aquilo impossível de ser encontrado na própria América Latina, como só um programa da MTV é capaz de fazer.

A “cidade latino-americana” não pode ser tomada, então, como uma realidade natural, como uma categoria explicativa da diversidade de cidades realmente existentes na América Latina. Assim, devemos constatar, ao mesmo tempo e de modo inverso, que a “cidade latino-americana” existe, mas de outra forma: não como uma ontologia, mas como uma construção cultural. Durante períodos específicos da história, a idéia de “cidade latino-americana” funcionou como uma categoria do pensamento social, como uma figura do imaginário intelectual e político em vastas regiões do continente e, como tal, pôde ser estudada e puderam ser reconstruídos seus itinerários conceituais e ideológicos, suas funções políticas e institucionais, em cada uma das conjunturas específicas da região. Na verdade, isso não é muito diferente do que poderia ser dito sobre a própria América Latina, e a proposta de estudar essas categorias em sua produção e realização históricas, *qua* categorias históricas, poderia ser tomada como uma proposta mais abrangente para os estudos latino-americanos².

Mas detenhamo-nos nessa definição de “cidade latino-americana” como construção cultural. A despeito do caráter artificial da categoria, a idéia de construção cultural visa a oferecer uma alternativa à noção de “invenção”, tão em voga nos estudos históricos quando se trata de evidenciar processos de construção cultural opacos para seus próprios protagonistas, e que a história naturalizou. Mas no contexto latino-americano, a noção de “invenção”, como noção aplicada pelo historiador, corre o risco de não dar conta da extraordinária consciência com que as elites propuseram, vez por outra, a necessidade de invenção como processo conatural à baixa consistência que encontravam na realidade latino-americana. Seria possível afirmar que há poucas coisas na América Latina – e mais ainda na “cidade latino-americana” desde sua própria origem – que não tenham sido propostas como invenções, com uma consciência do que o uso da categoria

com fins analíticos, como operação, pode chegar a obscurecer. “Inventar habitantes com novas moradas”, resumia Domingo Faustino Sarmiento como fórmula político-urbana para a Argentina da segunda metade do século XIX, e essa vontade – e a consciência dela – não se limita ao construtivismo dos fundadores da nacionalidade moderna, como demonstrou, mais de um século depois, Angél Rama, quando nas célebres reuniões de Campinas de 1983 afirmou que a “América Latina continua sendo um projeto intelectual vanguardista que espera sua realização concreta” (*apud* Aguilar, 2001).

Longe de funcionar como a descoberta engenhosa do historiador ou do crítico, a noção de “invenção” deveria remeter-nos necessariamente a uma longa tradição intelectual latino-americana, obrigando-nos a problematizar também seus supostos ideológicos: a idéia de América como continente novo, sem história; a idéia daí resultante de “continente vazio”, tanto em suas vertentes pessimistas (o fatalismo telúrico do ensaio de identidade) quanto otimistas (a idéia de América como laboratório de experimentação social e política, um continente “condenado ao moderno”, de acordo com a expressão de Mário Pedrosa); a idéia de que toda inovação e todo progresso abrem caminho nessas terras por meio de uma violência cultural produtiva (a proposta de implantar a civilização “de gajo”³ levada a cabo pelo pensamento do século XIX); a convicção das elites em sua grande capacidade de manobra para impor, na medida exata, essas novas realidades. Com o adendo fundamental, que impõe limites estritos a toda tarefa hermenêutica, de que esses programas e essas visões ideológicas tiveram a capacidade, como profecias auto-realizadas, de produzir efeitos muito palpáveis na realidade, transformando-a de modo radical, ainda quando os resultados não tenham logrado coincidir jamais com os desígnios originários.

Por exemplo, é notável a relação entre a proposta, típica dos intelectuais do século XIX no sul da América, de implantar a civilização “de gajo” e as políticas imigratórias, implementadas na última década do século XIX e nas primeiras do século XX em países como a Argentina. E assim como o balanço do processo imigratório, realizado pelos grupos dirigentes – diante de uma realidade que não parecia satisfazer aos anseios raciais, políticos e culturais daquele programa intelectual –, foi desolador, também as cidades e as regiões afetadas por esse processo mudaram por completo, introduzindo novos problemas e novos programas. De modo que a consciência, muitas vezes trágica, dessa defasagem entre projeto e realidade é outra constante na história intelectual latino-americana. E a cidade latino-americana é, desde

3. A metáfora botânica – “civilización de gajo”/ “civilização de galho” – foi proposta por Juan Bautista Alberdi na Argentina do século XIX, diante da conclusão generalizada de que nessas terras “nada de bom podia nascer da raiz”. Ver Gorelik (2001) (N. T.)

sua própria origem “de gajo”, o melhor exemplo dessa relação rica e contraditória entre vontade projetiva e existência real, tal como mostrou José Luis Romero em *Latinoamérica, las ciudades y las ideas* (1976). Um dos temas mais consistentes que acompanham todo esse magnífico livro é a convivência tensa entre representações e realidades, entre o que fica do desígnio programático, incompleto e desmentido, e a própria realidade que, *em seu fracasso*, esse desígnio chegou a constituir, de um modo ou de outro.

É nesse sentido que este trabalho defende que a “cidade latino-americana” se “produziu” como construção cultural. Ela existiu enquanto houve vontade intelectual de construí-la como objeto de conhecimento e ação, enquanto houve teorias para pensá-la, e atores e instituições dispostos a tornar efetiva essa vocação.

Sobre a conjuntura histórica da “cidade latino-americana”

A hipótese que se procura provar aqui é que as condições especiais que se articularam para a produção da categoria “cidade latino-americana”, essa conjuntura histórica particular, digamos, teve lugar entre os anos de 1950 e 1970.

Isso não quer dizer que a cidade não tenha sido sempre muito importante na agenda do pensamento social dos países latino-americanos. Mas até a década de 1940, ela havia sido considerada em seus contextos nacionais, como se pode perceber tanto no ensaio romântico – para o qual a cidade encarnava um ideal cívico em que se atrelava o sentido de organização estatal-nacional e a produção de uma cidadania moderna –, como no ensaio sobre a identidade da década de 1930 – para o qual os males da cidade apareciam como cifra dos males da nação. A partir da década de 1980, a “cidade latino-americana” deixou de expressar uma realidade teoricamente produtiva, e desde então sua figura encontra-se atravessada por uma ambivalência paralisante entre dois pólos opostos. Falamos de “cidade latino-americana”, por um lado, quando nos referimos de modo geral às grandes metrópoles e aos seus problemas prementes: pobreza e marginalidade, fragmentação e violência, encorticiamento dos centros históricos, urbanização descontrolada do campo, desequilíbrios regionais. E, de outro lado, nos últimos anos desenvolveu-se uma importante quantidade de estudos (históricos, sociológicos, antropológicos, urbanísticos) sobre cidades particulares da América Latina, que vêm demonstrando a impossibilidade ou, pelo menos, a esterilidade das comparações e das generalizações. Assim

que, quando falamos da “cidade latino-americana”, nos movemos no registro da denúncia catastrofista (no sentido compreensivo com o qual Albert Hirschman [1973] interpretou há muitos anos a vontade política que sustentava as cifras vertiginosas presentes nos documentos da Cepal (Comissão Econômica para a América Latina): a dramatização da situação dos países latino-americanos com o objetivo de estimular tanto a ação nacional como a internacional). Mas, ao mesmo tempo, não podemos deixar de manter certa distância cética da própria possibilidade da enunciação, seja porque sabemos que os argumentos que usamos estão idiossincraticamente apegados à cidade que melhor conhecemos, seja, vice-versa, porque essa cidade parece irreconhecível nos argumentos utilizados. De qualquer modo, nossos apelos à “cidade latino-americana” oscilam entre a necessidade política da identidade e a denúncia, entre o ceticismo acadêmico da diferença e da ponderação.

Entre as décadas de 1950 e 1970, ao contrário, a “cidade latino-americana” não somente existiu mas funcionou como uma verdadeira bomba de sucção para uma série de figuras, disciplinas e instituições que estavam conformando o novo mapa intelectual, acadêmico e político do pensamento social latino-americano, em um de seus episódios mais ricos e produtivos. São bastante conhecidos, em termos gerais, certos itinerários polêmicos que atravessam esse mapa intelectual, das teorias do desenvolvimento às teorias da dependência, do reformismo modernizador às posições revolucionárias, assim como é conhecido seu impacto em todas as dimensões da vida cultural, das ciências sociais, da arte e da literatura. Mas não é tão conhecido, em compensação, o papel que jogou a problemática da “cidade latino-americana” na estruturação desse mapa e na conformação de suas agendas políticas e intelectuais, no exato momento em que as cidades latino-americanas como realidades urbanas se constituíam nos cenários de aplicação dessas agendas e nos motores das transformações políticas e sociais, a que elas procuravam fazer referência.

É conveniente determo-nos em um exemplo para entender melhor o significado dessa simultaneidade de processos de definição da cidade como problema demográfico, social e político; a realização de políticas específicas para a cidade e para o território, de acordo com o conhecimento internacional mais avançado disponível em cada momento; e a tematização da cidade nas ciências sociais. Caracas, e de modo mais geral o sistema urbano-territorial venezuelano, evidencia esses processos de modo radicalizado. É entre as décadas de 1940 e 1960 que Caracas sofre um crescimento

“explosivo”, praticamente duplicando em cada década – de 350 mil habitantes em 1941 a 690 mil em 1951, a 1,3 milhão em 1961 e a 2,2 milhões em 1971, já decaindo em suas taxas de crescimento (cf. Negrón, 2001). E, de forma quase simultânea, desde a segunda metade dos anos de 1940, com a criação de instituições como a Comisión Nacional de Urbanismo, em 1946, a Corporación Venezolana de Fomento, em 1947, e a Oficina Central de Coordinación y Planificación, em 1958, os temas de planejamento urbano e regional vão receber um exame sistemático, em dia com as principais linhas do debate internacional em cada momento. Graças à inestimável ajuda da riqueza petrolífera, que desde a ditadura de Pérez Jiménez será amplamente revertida para obras públicas de residências e infra-estrutura urbana e territorial, a Venezuela pôde contar com a presença *in situ* de figuras internacionais de destaque, desde Maurice Rotival, na velha tradição do urbanismo, até Francis Violich e John Friedmann, em diferentes grupos de planejadores contemporâneos, realizando estudos e propostas em interação com os técnicos e as instituições locais (cf. Frechilla, 1994; Barrios, 1998; D’Imperio, 2003). A tal ponto que a experiência do “pólo de desenvolvimento” da Cidade Guayana, entre fins dos anos de 1950 e começos da década seguinte, desenvolvida por uma das equipes importantes da época, a do Joint Center for Urban Studies do MIT e Harvard, com Lloyd Rodwin entre suas figuras diretoras, seria considerada um dos experimentos mundiais mais avançados de seu tempo. E desde a criação da Sociedad Venezolana de Planificación, em 1958, e do Centro de Estudios del Desarrollo (Cendes), na Universidade Central da Venezuela, 1960, todos esses processos serão monitorados, analisados e criticados por diferentes grupos de especialistas em ciências sociais, em uma intensa e produtiva colaboração latino-americana e internacional, sob os auspícios da Cepal e da Sociedad Interamericana de Planificación (Siap). São notórias, por exemplo, as estadas de estudo e trabalho no Cendes de figuras como Fernando Henrique Cardoso e Milton Santos, ou os cursos de economia espacial de Walter Isard, em um marco de origens nacionais já muito diversificado no âmbito local, já que o Cendes foi fundado pelo chileno Jorge Ahumada e em seus primeiros anos teve entre suas principais figuras o peruano Eduardo Neira, trabalhando junto com os venezuelanos Fernando Travieso ou Luis Lander, entre muitos outros (situação que se tornaria extrema nos anos de 1970 a partir das ditaduras militares no Cone Sul, já que Caracas, ao lado do México, foi um dos principais locais de refúgio para o exílio intelectual).

Poderíamos afirmar, diante disso, que o sistema urbano e territorial venezuelano, no mesmo momento em que se transformava de modo radical, funcionava como um laboratório para as teorias que estavam sendo elaboradas contemporaneamente e para a formação de uma internacional latino-americana de especialistas em ciências sociais e estudos urbanos. Evidentemente cidades como Buenos Aires, Montevideu ou São Paulo já eram metrópoles importantes nos anos de 1950, mas também a sua conversão em “casos” para uma teoria da “cidade latino-americana” se torna possível no marco da “explosão urbana” em todo o continente.

Nesse sentido, a “cidade latino-americana” (como categoria de pensamento e como realidade urbana, social e cultural) não apenas ilumina aspectos pouco conhecidos desse período, como confere a eles nova inteligibilidade, oferecendo pistas de seus percursos, assinalando as instituições criadas, suas redes intelectuais e seus projetos de intervenção, como parte de um projeto histórico completo e coerente, no interior do qual talvez tenha sido formulada, com maior intensidade, a idéia de América Latina como “projeto”, para retomar a formulação de Rama, um protagonista destacado desse ciclo. A “cidade latino-americana” poderia ser pensada, assim, como a peça faltante que permite entender todo esse período como um “ciclo” da imaginação social latino-americana, um ciclo que descreve um arco completo de posições: desde o otimismo modernizador da planificação até sua inversão crítica radical.

Esse ciclo foi produzido numa encruzilhada de fatores. De um lado, a consolidação da sociologia funcionalista e a teoria da modernização, que outorgam à cidade um papel central como agente indutor de acordo com a definição weberiana de modernidade: a cidade começa a ser vista como motor da modernização social, em íntima relação com as forças produtivas e com a consolidação dos poderes políticos centralizados. De outro lado, a explosão urbana no Terceiro Mundo, grande novidade sociológica do pós-guerra, à qual as teorias da modernização e as políticas de desenvolvimento vão dedicar suas principais energias. Hoje podemos ver até que ponto ambas as dimensões, a do pensamento e a da dinâmica urbana, formam uma equação de época, já que a maneira de processar em termos funcionalistas essa peculiar explosão urbana, em países que não possuíam desenvolvimentos industriais ou políticos análogos, implicou uma interpretação necessariamente parcial de Weber, de modo que o que havia sido pensado originalmente como um processo histórico-cultural ocidental (a modernidade) converteu-se em um complexo técnico de difusão da civilização in-

4. Acompanho aqui a análise realizada por Jürgen Habermas (1989) dessa passagem instrumental da “modernidade” weberiana à “modernização funcionalista”.

industrial como modelo de desenvolvimento universal (a modernização)⁴. É nesse momento que a cidade pode aparecer como máquina de tração de pautas modernas de vida em regiões que prescindiam delas (os famosos “pólos de desenvolvimento”) e a América Latina como uma região privilegiada para a mudança, campo de provas na medida da hipótese modernizadora: porque, diferente de outras regiões do Terceiro Mundo, se tratava de um continente incorporado *ab initio* à modernidade ocidental, e porque nessa incorporação originária a cidade, possivelmente pela primeira vez na história humana nessa escala, cumpre o papel de ponta de lança em um território hostil.

Formaliza-se, assim, uma grande questão: como acelerar a urbanização sem exacerbar os problemas que estão associados ao crescimento urbano? Tal questão vem acompanhada de grande esperança: se “o desenvolvimento da urbanização nos países mais avançados se fez de forma não desejada, regulada somente pelas forças espontâneas do mercado”, o que redundou em um “elevado preço em sofrimento humano”, nos países em desenvolvimento, em compensação, “uma planificação inteligente e cautelosa” poderia evitar os problemas (cf. Hauser, 1967)⁵. Ainda nos anos de 1950 e em parte dos de 1960, a América Latina aparecia, sob o olhar do mundo ocidental, como o lugar onde poderia ser levada adiante uma verdadeira modernização, evitando os custos que os países desenvolvidos vinham descobrindo desde o pós-guerra. Era preciso apenas relevar os problemas e formular as perguntas, capacitar os técnicos e estudar as respostas apropriadas, para assentar sobre essa base sólida – científica – os planos com os quais os governos esperavam atuar.

A “cidade latino-americana” se produz então como uma figura-chave da teoria social, desde o meridiano teórico do funcionalismo norte-americano, pan-americanizado no segundo pós-guerra em uma densa rede de instituições (Unesco, Cepal, Siap, Fundações Ford e Rockefeller etc.). Com duas conseqüências fundamentais: boa parte das categorias produzidas pelos cientistas sociais, especialmente norte-americanos, tem a cidade latino-americana como laboratório, e o próprio campo das ciências sociais latino-americanas se forma sob esses auspícios (e sob essa tensão operativa que seria denominada *planificação*). Um exemplo proeminente da primeira conseqüência é constituído pelo fato de que duas categorias-chave que atravessam o ciclo – *contínuo folk urbano* (a teoria de um processo civilizatório comum a toda a humanidade entre um pólo tradicional e outro moderno) e *cultura da pobreza* (que procura provar a existência de uma “cultura” dos

5. A obra de Hauser reproduz o seminário sobre problemas de urbanização na América Latina realizado em Santiago do Chile, 1959.

migrantes que introduz o tradicional como parte imprescindível do moderno) – são formuladas por Robert Redfield e Oscar Lewis, mediante a observação dos processos de transformação urbano-territorial no México (em Yucatán, Tepoztlán e México DF), como parte de um debate fundamental, respectivamente, sobre os processos de modernização e sobre o papel das migrações internacionais, produto típico da Escola de Chicago⁶. Um exemplo claro da segunda consequência é a presença dos temas urbanos e regionais nas agendas das instituições latino-americanas de ciências sociais desde a sua criação, ou as relações entre desenvolvimento e planificação urbana e regional nas políticas públicas dos países latino-americanos nos anos de 1950 e 1960, sob os auspícios da Cepal ou do Banco Interamericano de Desenvolvimento.

Curiosamente, e contradizendo em boa medida as representações esquemáticas do funcionalismo, todo esse quadro não careceu de um forte voluntarismo construtivista, sob a convicção de que a América Latina era o lugar onde seria possível implementar uma modernização que evitaria os custos que nos países desenvolvidos vinham sendo descobertos desde a guerra; de modo que o *mainstream* do pensamento social duplicou uma característica tradicional do imaginário social latino-americano, depositando no continente uma série de aspirações que, novamente, convertiam-no em terra de promessa para a construção *ex novo* do Ocidente, como pareciam ratificar a criação de cidades novas como a mencionada Guayana e, mais importante ainda, Brasília, o sonho da cidade moderna como só podia acontecer em um país “condenado ao moderno”.

Assim, numa espécie de síntese das convicções da época, Jorge Enrique Hardoy sustenta, ainda em 1965:

A função integradora e o valor simbólico de Brasília para o Brasil, o impacto geopolítico da rodovia da selva no Peru, as grandes vias que unem o interior do Paraguai e da Bolívia com os portos do Brasil e da Argentina, a rota Pan-americana, os grandes projetos hidroelétricos em toda a parte, a concepção regional da Venezuela afirmando a vigência de um novo pólo de desenvolvimento em sua Guayana, demonstram que a América Latina está avançando em suas próprias fronteiras. E novos centros de vida e um esquema de urbanização complementar ao existente sem dúvida surgirão como expressão de uma nova América Latina que se desprenda dos limites do passado e procure na idéia de integração a expressão de sua modernização (Hardoy, 1972).

6. O caso de Lewis é mais um bom exemplo para observar a importância política dessas investigações: a reação ao *Los hijos de Sánchez*, seu livro mais famoso, uma reportagem antropológica com todos os membros de uma família de migrantes no México, custou ao argentino Arnaldo Orfila Reynal, que publicou a obra em castelhano em 1964, o cargo de diretor-fundador da editora mexicana Fondo de Cultura Económica.

A lógica dialética do ciclo da “cidade latino-americana”

7. Para o uso de Polany dos termos de nosso tema, ver Germani (1976).

8. Matos Mar apresentou uma primeira análise das *barriadas* de Lima no seminário de Santiago do Chile de 1959 (cf. Hauser, 1967), junto com a apresentação de Germani sobre seus avanços na pesquisa do bairro operário de Isla Maciel (que ocupa um lugar mitológico na origem da investigação sociológica “científica” na Argentina); em seguida, Matos Mar publicou um desenvolvimento desse estudo em *Las barriadas de Lima 1957* (cf. Matos Mar, 1977; 1968). Browning realizou um trabalho demográfico geral sobre o México (1962) e em seguida empreendeu uma série de investigações sobre Monterrey (cf. Balán *et al.*, 1973).

9. Para Balent, o debate sobre o problema da moradia descreve um arco análogo ao que analisamos aqui para a “cidade latino-americana”: “do modernismo desenvolvimentista dos anos de 1940 e 1950 ao populismo terceiro-mundista dos anos de 1970” (2004, p. 86).

Durante essa primeira fase do ciclo da “cidade latino-americana”, os temas principais são todos aqueles vinculados ao problema da transição da sociedade pré-industrial à sociedade moderna, em sua particular encarnação latino-americana (quer dizer, como exemplo das regiões ou países que “chegaram depois” do momento da “grande transformação”, nos termos clássicos de Karl Polany [1947] utilizados pelo funcionalismo para compreender o desenvolvimento)⁷.

Por um lado, a questão da migração, em um processo de estudo que começou com a análise das conseqüências da presença dos grupos migrantes na cidade (especialmente as *villas miseria*, *barriadas*, *favelas* ou todos os nomes que em cada país foram dados às aglomerações de casebres miseráveis, principal evidência da “explosão urbana” desde os anos de 1940 e 1950) e continuou com a análise das causas da migração no lugar de origem (a pequena aldeia camponesa). Toda uma agenda temática e política se originou daí, desde os estudos sociológicos sobre as relações entre população “marginal” (um dos termos de grande e polêmico impacto) e economia (a questão da economia informal de serviços como característica da “cidade latino-americana”), população marginal e cultura política (o clássico trabalho de Germani sobre o populismo), até as políticas de moradia social e urbanização que caracterizavam as propostas desenvolvimentistas. Nos anos de 1950 e 1960 foi produzido um *corpus* notável de trabalhos dentro do arco proposto pela polêmica Redfield-Lewis: desde os trabalhos pioneiros de José Matos Mar no Peru até os de Harley Browning no México (um título do argentino Jorge Balán, que trabalhou com Browning em finais dos anos de 1960, mostra a extensão da virada lewisiana: “Are farmers’ son handicapped in the cities?”)⁸. E nesses anos também foi produzido um *corpus* notável de propostas de solução para o “problema da moradia”, que cruza a tradição da vanguarda arquitetônica do século XX com os debates políticos e sociológicos sobre América Latina, e encontra na experiência da Previ-Lima, em 1966, um dos momentos de maior intensidade teórica e política (cf. Balent, 2004)⁹.

Por outro lado, dando continuidade às idéias da Cepal surge, vinculada à cidade e ao território, a questão de como acelerar a modernização, levando-se em conta as realidades apresentadas pela “explosão urbana” em contextos de “subdesenvolvimento”, mas com a firme confiança em sua possível solução por meio de uma injeção de políticas públicas de reforma

acopladas à planificação regional. O conjunto de temas inclui as questões do lugar das grandes cidades no território nacional (primazia, macrocefalia) e os debates sobre seus efeitos negativos, com as conseqüentes políticas de descentralização (rede de cidades, “pólos de desenvolvimento”). A reforma agrária é vista, assim, desde os anos de 1950 e especialmente dos de 1960, a partir do apoio explícito que vai receber da Aliança para o Progresso, não mais como consigna maximalista, senão como chave reformista para, em combinação com a reforma urbana, realizar uma única política ativa propensa a constituir um território nacional mais homogêneo (é nessa chave que será enfocada, por exemplo, no governo democrata-cristão de Eduardo Frei, no Chile). Os instrumentos disciplinares utilizados para essas questões territoriais descrevem um arco, dentro dessa primeira fase do ciclo que analisamos, que vai da planificação regional entendida como continuação da experiência do vale do Tennessee (a planificação de áreas ou vales iniciada no *New Deal* rooseveltiano, de influência ainda poderosa), até uma crescente hegemonia de técnicas da economia espacial muito mais sofisticadas teoricamente, com a escola de Isard e Alonso, de um lado, e a idéia de “pólo de desenvolvimento”, formulada por François Perroux, de outro, como as correntes mais consagradas. Por último, o tom geral desses debates será, desde o início, francamente antimetropolitano e descentralizador (só em finais dos anos de 1960 e começos dos de 1970 surgem algumas poucas vozes que levantam a hipótese da maior “eficácia” que, nos próprios termos da economia espacial, tiveram as grandes cidades na América Latina).

No interior do marco teórico e cultural, definido pelas coordenadas nem sempre concordantes do desenvolvimentismo, do funcional-estruturalismo, da planificação regional e da economia espacial, as cidades da região eram percebidas com uma ambigüidade que oscilava entre a esperança e a desconfiança: como acessos preferenciais de uma corrente de idéias e estilos de vida que liberaria a América Latina das amarras do tradicionalismo e do subdesenvolvimento, incorporando as grandes massas de população rural às novas pautas econômicas, sociais e políticas da vida moderna, mas, ao mesmo tempo, como parasitas monstruosos, que sugavam toda a seiva vital do interior de nossos países. Como se vê, isso enlaçava, inadvertidamente, as principais certezas da planificação e da sociologia urbana da época (cujo ideal residia no modelo de urbanização clássico europeu, com sua miríade de cidades pequenas e médias distribuídas paralelamente sobre um território homogêneo, diante do contraste entre grandes cidades e vas-

tos descampados, típico da configuração urbana latino-americana desde a colonização) com a mais longa tradição do ensaísmo de interpretação nacional, numa linha que vai desde *La cabeza de Goliat*, de Ezequiel Martínez Estrada, nos anos de 1930, até *Lima la horrible*, de Augusto Salazar Bondy, nos anos de 1960.

De forma muito esquemática, esses são os temas e as posições abertas na fase formativa do ciclo, que transcorre em linhas gerais entre os anos de 1950 e finais dos de 1960. Seria possível afirmar que esse período foi, justamente por seu caráter formativo (em termos de criação de problemas, conceitos, instituições), o de maior produtividade. O que não poderia ser de outro modo: devido à intensidade política da agenda urbana, esse momento esteve atravessado por crises e mudanças teóricas, de modo que boa parte das polêmicas e dos conflitos que caracterizarão a segunda fase do ciclo devem ser entendidos como produto do desdobramento dialético dessa primeira fase. E é precisamente essa qualidade dialética que nos permite entendê-lo como um ciclo unitário, já que todo ele transcorre dentro do mesmo grupo de instituições e com muitos dos mesmos protagonistas. Os itinerários teórico-políticos da Cepal ou da Siap, ou de centros regionais como o Cendes da Venezuela, o Centro de Estudios Urbanos y Regionais (Ceur) da Argentina, ou o Centro de Investigaciones en Desarrollo Urbano (Cidu) do Chile, são exemplos insuperáveis. Voltemos a Jorge Enrique Hardoy, novamente por sua capacidade de condensar climas de época, apenas nove anos depois de sua entusiasmada alegação desenvolvimentista:

No desenvolvimento do sistema capitalista não é possível pensar que os grupos opressores e oprimidos coincidam em seus objetivos e nos alcances das políticas racionais de urbanização, nem em projetos para a sociedade futura dos quais os processos de reforma agrária e urbana fazem parte (Hardoy e Moreno, 1974).

Como dissemos, o processo de revisão havia começado já na primeira fase do ciclo, em torno dos anos de 1950, diante da evidência de que certos postulados teóricos condenavam a realidade da urbanização latino-americana a uma patologia. Isso está claro nos textos de Gino Germani ou Phillip Hauser, que, de diversos modos, observam os limites da capacidade explicativa de noções como “sobre-urbanização” ou “primarização”, ou mesmo da dicotomia “tradicional/moderno”. Não porque eles não participem da visão crítica sobre os processos que levavam a esses fenômenos (digamos, a defasagem entre as taxas de urbanização e as de industrializa-

ção; a presença dominante de grandes cidades em cada território nacional, diante do ideal de redes urbanas articuladas), mas porque chamavam a atenção para o fato de que essas noções, apresentadas nesses moldes teóricos, acabavam caracterizando a cidade latino-americana como patologia, como um desvio da norma ditada pela modernização ocidental.

O progressivo distanciamento que alimentava a busca de categorias e explicações específicas foi derivando, desde meados dos anos de 1960, em uma completa inversão das certezas modernizadoras, à medida que a chave do desenvolvimento ia sendo substituída pela de dependência. Se o primeiro movimento de revisão mostrava os desajustes da teoria da modernização em relação ao caminho da urbanização latino-americana em direção ao desenvolvimento, o segundo apontava que, nas condições da dependência, a urbanização era um dos fatores do subdesenvolvimento e a explicação de sua perpetuação. Não mais as formas de compreensão, e sim os próprios valores atribuídos à cidade e à modernidade começavam a ser postos em questão. Isso é claro nos trabalhos de Aníbal Quijano – um dos principais teóricos da “urbanização dependente” – produzidos a partir da segunda metade dos anos de 1960 na Cepal, essa usina produtora de ondas teóricas que alimentaram o ciclo completo da “cidade latino-americana”¹⁰.

A mutação do desenvolvimento à dependência supõe, progressivamente, uma mutação nos paradigmas do estrutural-funcionalismo da sociologia da modernização (de origem “pan-americano”, digamos, para chamar de algum modo essa combinação de sociologia norte-americana e estruturalismo cepalino) aos paradigmas do estruturalismo marxista (em geral, althusseriano) da sociologia urbana francesa, com o protagonismo da figura ascendente de Manuel Castells, cuja experiência na Santiago da alvorada da “via chilena ao socialismo” foi decisiva. Castells vai a Santiago pela primeira vez em 1968, de início como convidado da Flacso (Facultad Latinoamericana de Ciencias Sociales) e, em seguida, do Cidu, da Universidade Católica, e cumprirá as funções de assessor no governo de Salvador Allende (1970-1973)¹¹.

Mas se Santiago torna-se um ponto importante em 1968 é porque, quase trinta anos antes, começaram no Chile as políticas ativas de planificação do território. A partir de 1939, em larga medida motivado pelas necessidades de reconstituição geradas pelo terremoto de Chillán, o governo de frente popular de Pedro Aguirre Cerda iniciou uma série de políticas desenvolvimentistas, como a criação da Corporación de Fomento de la Producción (Corfo, anterior em uns anos à Corporación de Fomento Venezolana, mas

10. Uma síntese dos principais trabalhos de Aníbal Quijano sobre a “urbanização dependente” pode ser encontrada em Cepal (1977).

11. A partir dessa experiência, Castells escreveu, entre muitos outros textos, “Urbanización, desarrollo y dependencia”, capítulo 3 de seu livro mais influente, *A questão urbana*, cuja primeira edição francesa é de 1972.

a ela similar em sua organização, com representação estatal, empresarial e operária), levando a cabo, na primeira metade dos anos de 1940, um “Plano de Eletrificação” nacional, que supôs a construção de uma série de plantas hidrelétricas e térmicas (para a qual foi criada, em 1944, a Endesa), e um plano de descobrimento e exploração de jazidas petrolíferas e de criação de usinas de indústrias siderúrgicas (para o qual foi criada, em 1946, a CAP). Um tipo de política ativa que, nos anos de 1950 e 1960, resultaria em vigorosas políticas de reforma, agrária e urbana, sustentadas por governos de diferentes tendências, como mostra o governo conservador-liberal de Jorge Alessandri, que em 1962 cria a Corporación de la Reforma Agraria, e especialmente o governo democrata-cristão de Frei a partir de 1964, respondendo a uma concepção estatal de planificação territorial que converteria o Chile em um laboratório fundamental de planificação ocidental.

Um dado institucional que mostra a centralidade dos temas urbanos e territoriais nessa concepção de reforma é a criação, em 1965, pelo governo nacional (com poucos antecedentes no mundo) do Ministerio de Vivienda y Urbanismo. De fato, a concentração de instituições públicas e privadas dedicadas à planificação em Santiago se torna notável em meados dos anos de 1960: a capital chilena é a sede central da Cepal e do Ilpes (Instituto Latinoamericano de Planificación Económico y Social), onde se realizavam os Cursos de Planificação Regional de Desenvolvimento, nos quais se formariam e se socializariam os principais especialistas em América Latina, na presença dos diferentes setores do pensamento latino-americano, como Raúl Prebisch, José Medina Echavarría, Albert Hirschman, Fernando Henrique Cardoso, Celso Furtado, Osvaldo Sunkel, Aníbal Quijano etc.; aí também estão a Flacso e a Clacso (Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales) com suas comissões de “desenvolvimento urbano e regional”; Santiago conhece ainda a missão Ford, encabeçada por John Friedmann, instalada no Cidu na segunda metade da década de 1960 (a tradição de missões norte-americanas em termos de planificação territorial no Chile deveria ser um capítulo à parte, já que em pouquíssimos anos se realizam três estudos encomendados pela Misión de Operaciones Económicas de Estados Unidos en Chile: a missão Horwitz, em 1959, a missão Violich, em 1960, e a missão Parker, em 1962); e, no âmbito universitário, encontram-se aí o Instituto de Vivienda, Urbanismo y Planeación (Ivuplan) da Faculdade de Arquitetura da Universidade do Chile, que já em 1964 oferece um curso de especialização de graduação em Planificação Urbana e Regional, e o próprio Cidu da Universidade Católica, instituição que ao lon-

go dos anos de 1960 conhece um importante processo de politização. Isso pode dar uma idéia do modo como as experiências e os debates foram ganhando intensidade ao longo de mais de uma década até o momento da subida de Allende ao governo, quando, como tantos outros aspectos da política nacional, os temas da reforma urbana e rural se radicalizariam.

Dois importantes encontros internacionais que têm lugar no Chile permitem captar muito bem a passagem do clima teórico e ideológico nos temas urbanos e territoriais: o encontro de 1959 em Santiago do Chile, organizado por Phillip Hauser para as Nações Unidas, “Seminário sobre Problemas de Urbanização na América Latina”, com a participação decisiva das figuras relevantes da primeira leva de especialistas, Gino Germani, Matos Mar, Medina Echavarría, Ahumada, Luis Dorich, Andrew Pearse, que apresentavam suas pesquisas iniciais; e o encontro de 1972, em Viña del Mar, organizado pelo Ilpes e pelo Ildis (Instituto Latinoamericano de Investigaciones Sociales, filial do Instituto da Friedrich Ebert Stiftung de Bonn), “Seminário sobre Planificação Regional e Urbana”, com a participação de figuras da segunda leva, já crítica sobre os postulados do desenvolvimento: José Luís Coraggio, José Ramón Lausén, Carlos de Mattos, Eduardo Neira, Alejandro Rofman (cf. Hauser, 1967; Ilpes, 1974).

A intensificação da experiência reformista chilena, até culminar no experimento peculiar do socialismo que empreende Allende, é uma das explicações para que o golpe militar de Augusto Pinochet, em setembro de 1973 – além de seu significado político e de sua violenta realidade (mas também justamente por eles) –, seja o acontecimento que, com força de símbolo, assinala o início do fim do esplendor latino-americanista, a estação final dos “catorze anos prodigiosos”, nos termos de Claudia Gilman, que começaram com a Revolução cubana (2003, p. 35)¹². Curiosamente, os acontecimentos extremos que delimitam essa fase posicionam frente a frente os dois laboratórios mais importantes da América Latina nesses anos, do ponto de vista de nossos temas: Chile e Cuba. A Cuba revolucionária experimenta também nos anos de 1960 uma intensa política de reorganização urbana e territorial, e o faz, do mesmo modo, de acordo com os objetivos compartilhados da planificação regional modernizadora que vigorava em todo o continente, com foco na distribuição homogênea de pequenos e médios assentamentos. O conhecido processo de descentralização de Havana a favor do fortalecimento das cidades pequenas e médias é um bom exemplo, mas com um adicional que seria decisivo no desenvolvimento do tema nos próximos anos: a descentralização de Havana teve a capacidade de

12. O livro de Gilman é completamente imprescindível para essa “segunda fase” do ciclo que examinamos, tanto pelos conteúdos de sua investigação sobre a formação de uma rede de intelectuais revolucionários na América Latina, como pela própria perspectiva que aplica ao estudo do “intelectual latino-americano”: analogamente à nossa colocação da “cidade latino-americana”, para Gilman o “latino-americano” não é um dado da realidade senão um horizonte problemático que se constitui com força de realidade em conjunturas excepcionais pela ação de sujeitos coletivos que apostam em sua existência. Cabe assinalar que possivelmente pela centralidade que Gilman atribui à experiência literária, sua periodização difere da que propomos aqui: ela define como “época” os anos que vão de 1959 a 1973 (discutindo com a partição clássica em “décadas”), marcados pelo clima revolucionário, enquanto para nós é fundamental compreender o caráter unitário do ciclo que começa bastante antes, no segundo pós-

guerra, e que descreve um arco completo do reformismo desenvolvimentista à revolução.

combinar as certezas técnicas que recobriam todo o ciclo ao redor do continente (de indubitável matriz reformista e anglo-saxã) com valores políticos muito específicos da Revolução cubana, especialmente a sua desconfiança em relação à cidade capital, síntese cultural e ideológica do regime deposto e, para uma revolução que vinha das montanhas e dos campos, último bastião social a conquistar.

O certo é que o fim abrupto do experimento reformista chileno, diante da continuidade bem-sucedida (nesses mesmos termos) da experiência cubana, no marco da radicalização ideológica em todo o continente, teve algumas conseqüências importantes. A primeira foi cristalizar a convicção, que já se havia generalizado, de que não haveria reforma urbana ou territorial possível no interior do sistema capitalista: a mudança política devia preceder às alterações nas relações da sociedade com o território, e tudo o que invertesse essa ordem estava condenado ao fracasso. A segunda, e de acordo com essa preeminência da política, foi impedir a revisão das idéias específicas sobre a cidade e o território. Se a mesma reforma, com postulados teóricos gerais quase idênticos, podia triunfar em Cuba e não no Chile, os erros não residiam na técnica, mas na política. Esse diagnóstico teve, desse momento em diante, um peso fundamental na própria definição do papel do planejador, que passou a ser, em foros internacionais, propagandista de uma planificação impossível, ou crítico das estruturas e do reformismo, que pretendeu alterá-los por meio do saber técnico; congelou também na América Latina, durante mais de uma década, um debate teórico sobre o planejamento urbano e regional que nesse mesmo momento estava começando com força na Europa. A terceira conseqüência relacionava-se à consolidação da idéia de que a revolução viria do campo. A perda de confiança no desenvolvimento significou, desde finais dos anos de 1960, uma perda crescente de confiança no Estado capitalista para promover a mudança, e na cidade como seu principal agente, e o contraste entre as experiências chilena e cubana parecia oferecer razões abundantes para esse ponto de vista: a ambigüidade do primeiro grupo de especialistas diante da grande cidade se definiu claramente em direção a uma constante antiurbana no pensamento social. Essa visão crítica da cidade não estava dirigida somente à concentração econômica e às disparidades regionais, mas ao próprio papel da cidade como agente social de reprodução do sistema capitalista e de suas classes médias como fator contra-revolucionário.

A queda, sem volta, do reformismo vem confirmar toda uma linha de pensamento já esboçada nas ciências sociais, que decretou o fracasso do

projeto desenvolvimentista como um projeto de encontro virtuoso entre o Estado, os técnicos e as necessidades sociais. Uma vez reunindo todos os campos do saber, o técnico não encontra interlocutores, não só porque vários países haviam passado de democracias a ditaduras, mas fundamentalmente porque nessa passagem se colocou em evidência o verdadeiro rosto do poder:

[...] as classes e os grupos que possivelmente estariam interessados no desenvolvimento, na mudança, na democratização, na modernização e na autonomia externa pareciam carecer até hoje de maturidade, de organicidade, de dinamismo e de vontade para impor as transformações estruturais requeridas (Kaplan, 1970, p. 19).

É nesse momento que se altera a proposta de ação técnica pela crítica: os técnicos aspirariam a colaborar com outra ação, popular, maciça, a única que aparece então como válida. Poderíamos dizer que dessa mudança nasce a sociologia urbana como crítica à ideologia do Plano.

Nesse marco, apesar da modulação discursiva dominante que oscilava entre o economicismo ascético da “ciência espacial” e o economicismo politizado das diferentes vertentes marxistas, o clima de revisão dos valores da cidade e da modernidade conferiu protagonismo, na cultura urbana, às visões populistas da teoria da dependência¹³. Mais do que pela criação de novas categorias, é possível perceber esse fato por meio do processo de alteração de algumas categorias que começaram a designar posições claramente diferentes. Já vimos a mudança na noção de descentralização, desde aquela ambigüidade inicial diante das conseqüências da concentração urbana até a crítica radical às cidades, aos seus valores e à sua cultura. Outro caso similar é o da *cultura da pobreza*, como mostramos, ainda em Oscar Lewis, no marco do debate interno ao funcionalismo, a *cultura da pobreza* se propõe a oferecer um instrumento mais adequado do que a aculturação para pensar a adaptação dos migrantes à cidade e a passagem da sociedade tradicional à moderna: aquelas características da comunidade aldeã, como a família ampliada, que a teoria do contínuo *folk* urbano via como obstáculos que deviam ser descartados na grande cidade para a obtenção de uma integração eficaz, se mostravam, pela *cultura da pobreza*, como excelentes garantias dela. Quer dizer, o objetivo da integração era ainda compartilhado por ambas posições. Mas, em torno do início dos anos de 1970, *cultura da pobreza* começa a designar uma cultura *outra*, capaz de oferecer uma alternativa global aos valores burgueses da civilização ocidental; ela busca instaurar essa nova cul-

13. Uma das exceções mais notáveis é o caso de Paul Singer, que produz, a partir de posições mais ortodoxamente marxistas, um dos debates mais interessantes com os argumentos dependentistas de Quijano e Castells. Ver Singer (1975), especialmente o capítulo “Urbanização, dependência e marginalidade na América Latina”.

tura como valor autônomo e radical, como incrustação subversiva de elementos irreduzíveis de ruralidade em contextos metropolitanos, como contradição dialética interna à grande cidade. A idéia terá impacto no pensamento sobre as políticas de moradia popular que, em finais dos anos de 1960, começam a criticar, por razões eminentemente pragmáticas, os grandes planos desenvolvimentistas de erradicação das populações “marginais” pela construção de novos conjuntos de moradias (quer dizer, assumem a impossibilidade técnica de “substituir” com moradia nova todos os setores da pobreza urbana já consolidados), mas no início da década de 1970 já realizam uma leitura positiva (com grandes doses de romantismo) do “novo modelo de cidade” implícito nos traçados labirínticos das *villas miseria*, das *favelas* ou das *poblaciones callampa*¹⁴.

14. Essas discussões já afloram na produção teórica de um dos arquitetos mais influentes na revisão latino-americana do tema da moradia, o inglês John Turner (1969), uma das figuras que promoveu a experiência do Previ-Lima. Ver também a ênfase política, em autores como Castells (1974), na capacidade contestadora dos *pobladores* (ocupantes ilegais de terrenos), a partir especialmente do exemplo chileno (já que ali as ocupações de terras se radicalizaram entre fim dos anos de 1960 e começo da década seguinte), que se apresenta como uma renovação da teoria marxista, passando a centrar-se no consumo (e em seus atores, os novos movimentos sociais urbanos), diante do interesse tradicional pelo mundo do trabalho.

O fracasso da vontade de reforma urbana, o encorticiamento dos centros históricos, a decadência do espaço público, características “típicas” da cidade latino-americana, reapareciam como motivos de celebração, porque mostravam, preto no branco, o verdadeiro papel de dominação jogado historicamente pela cidade no continente. Como sustentaria Richard Morse (1989, pp. 75-76), um dos mais lúcidos impulsionadores do populismo latino-americano, tratava-se de celebrar o fato de que “pela primeira vez desde a Conquista européia a cidade não representa um bastião intruso no domínio rural, nem constitui um centro de controle sobre si mesmo: a Nação invadiu a cidade”.

Fim de ciclo

A citação de Richard Morse, que apela ao longo ciclo da cidade latino-americana desde a Conquista para conferir inteligibilidade aos processos urbanos atuais, mostra a importância do papel jogado pela história urbana na constituição do ciclo da “cidade latino-americana”, como uma das disciplinas sociais e humanas que se acomodaram ao processo planificador. Mas o nome de Morse, em particular, é ainda mais eloquente quando se fala no trajeto geral desse ciclo. Morse foi parte integrante do contingente inicial de *scholars* norte-americanos que se dedicou de corpo e alma ao estudo da cidade latino-americana em fins dos anos de 1940, quando começou a trabalhar na história de São Paulo. Foi, desde o começo mesmo de sua carreira de historiador, um daqueles que com maior consciência chamou atenção para a necessidade de fundamentação teórica da “cidade latino-americana”, como fulcro de sua existência enquanto objeto histórico-

cultural¹⁵. Percorreu criticamente todo o ciclo, com posições que discutiram cada uma das idéias dominantes no universo do planejamento, e escreveu, no começo da década de 1970, seus três livros mais importantes sobre temas urbanos: *Formação histórica de São Paulo: da comunidade à metrópole*, uma reedição aumentada de sua tese sobre São Paulo; *La investigación urbana latinoamericana*, que contém dois textos, um de 1965 e outro de 1971, nos quais produz uma análise mais completa e aguda de toda a investigação urbana realizada ao longo do ciclo que viemos analisando; e *Las ciudades latinoamericanas*, em dois volumes, o primeiro com uma antologia de seus principais artigos e o segundo com uma compilação de estudos de diferentes autores sobre cidades específicas do continente. A partir daí praticamente abandonou os temas de história e planejamento da cidade em seus escritos (ainda que tenha ocupado na década de 1980, e durante algum tempo, a direção da Comissão de Desenvolvimento Urbano e Regional da Fundação Ford, no Brasil), em sintonia com a mentalidade antiurbana, que foi retirando o tema da cidade da agenda cultural na mesma medida em que se produzia o eclipse das preocupações latino-americanistas.

No entanto, esse processo não se cumpriu da mesma maneira em todos os países da região. Diferente do que aconteceu especialmente no Cone Sul, os temas urbanos e regionais conheceram, no México, na segunda metade dos anos de 1970 e 1980, seu momento de esplendor. Ali articulou-se uma série de inovações institucionais (em particular, a Lei Geral de Assentamentos Humanos, de 1976, em relação direta com a Conferência sobre Assentamentos de Vancouver, e a criação do Sistema Nacional de Planejamento, durante os governos de Luis Echevarría e José López Portillo), que generalizaram a necessidade da prática de planificação no Estado e criaram um enorme mercado de trabalho para seus adeptos. Jogou também papel decisivo nesse processo o exílio intelectual e profissional proveniente dos países do sul, com uma quantidade de especialistas em temas urbanos formados na experiência do ciclo da “cidade latino-americana”, que escapavam das ditaduras e encontravam acolhida hospitaleira nos centros de investigação especializados. Vinculada a essas duas questões, vale lembrar a própria consolidação dos centros existentes e a criação de outros novos, que institucionalizaram os estudos de pós-graduação sobre os temas urbanos e regionais no país (cf. Garza, 1996). No entanto, não se produz aí uma nova configuração teórico-ideológica, mas encontra abrigo aquela visão que se havia formado na última fase do ciclo latino-americano (com especial ênfase no ponto de vista do marxista dependentista e na

15. Sobre seu doutorado a respeito de São Paulo, a primeira edição saiu em 1954 em português, em uma versão mimeografada; como livro aparece em inglês em 1958, com o título *From community to metropolis: a biography of São Paulo*; finalmente, em 1970, Morse faz uma nova edição brasileira, com novos capítulos (introdução, primeiro capítulo e conclusão), que procuram debater com os avanços da teoria social e urbana desses últimos quinze anos, e um novo título, *Formação histórica de São Paulo: da comunidade à metrópole*, que busca retirar o livro da velha tradição de “biografias de cidades” e inseri-lo no interior de uma corrente do debate intelectual brasileiro pautada pelo texto inaugural de Antonio Candido, *Formação da literatura brasileira*, um dos interlocutores decisivos de Morse. Sua preocupação em dotar de fundamento teórico uma teoria da cidade latino-americana já pode ser notada na intervenção precoce, “La ciudad artificial” (1957), comentário à mesa “Expansión

urbana en la América Latina durante el siglo XIX”, da 71ª Reunião da American Historical Association, dez. 1956. Para um desenvolvimento desses temas, ver Gorelik (2004b).

correspondente figura do planejador crítico) que, nas condições particulares do estatismo mexicano, conhece solo propício para sobreviver às próprias condições políticas e disciplinares que lhe haviam dado sentido. Cabe sublinhar, nessa direção, que a mudança de condições não foi um problema exclusivamente latino-americano – assim como o próprio latino-americanismo não o era –, mas o produto de uma queda múltipla que se combinou na conjuntura internacional da primeira metade dos anos de 1970: a queda da idéia de revolução (que carrega consigo as figuras de América Latina e de Terceiro Mundo) e a queda da idéia de planificação (arrastada pela derrocada conjunta do Estado de bem-estar e do socialismo).

Assim, quando na década de 1980 começa um novo ciclo de pensamento social sobre a cidade, em estreito contato com os processos de renovação pós-planificação que vinham ocorrendo na Europa desde os anos de 1970, a ruptura epistemológica vai ser radical. E não somente porque a dimensão latino-americana não estará mais presente no centro da reflexão sobre a cidade. Esse novo ciclo estará preocupado especialmente em recolocar o problema da modernidade em novos termos, e procurará fazê-lo por meio de disciplinas que rompiam com o predomínio anterior da planificação e da sociologia – como a ciência política, a comunicação, a crítica literária – e de uma série de categorias alheias àquela tradição – como espaço público, imaginários urbanos etc. Trata-se de aproximações de grande produtividade, mas que não puderam desenvolver nenhum tipo de diálogo com a tradição do pensamento anterior, de modo que terminaram definindo um novo solo sobre o qual se desenvolveu o atual auge de estudos sobre a cidade, com os enfoques predominantes dos estudos culturais e literários; partindo do desconhecimento completo daquela tradição, deixaram sepultada sua monumental intenção crítica e coletiva de produção de uma teoria e de uma cultura da cidade latino-americana. Assim, os limites que mencionamos no começo deste artigo a respeito de nossa atual compreensão da “cidade latino-americana”, e da própria idéia de “cultura urbana latino-americana”, poderiam ser explicados pelas sucessivas rupturas da experiência histórico-cultural latino-americana. Curiosamente, a reintrodução dos temas da cidade e da modernidade na América Latina se fez a partir do desconhecimento daquilo que lhe teria dado um sentido específico: o processo de experimentação e debate que levou a cultura urbana da confiança plena na modernidade ao seu mais completo rechaço.

Referências Bibliográficas

- AGUILAR, Gonzalo. (2001), "Ángel Rama y Antonio Candido: salidas del modernismo". In: ANTELO, Raúl (org). *Antonio Candido y los estudios latinoamericanos*, Universidade de Pittsburgh, Instituto Internacional de Literatura Iberoamericana, Série Críticas, pp. 71-94.
- BALÁN, Jorge; BROWNING, Harley & JELIN, Elizabeth. (1973), *Men in a developing society: geographic and social mobility in Monterrey*. Austin, The University of Texas.
- BALENT, Anahi. (2004), "Learning from Lima. Previ, Peru: habitat popular, vivienda masiva y debate arquitectónico". Buenos Aires, Ceac-UTDT, 6, mar.
- BARRIOS, Sonia. (1998), *El moderno Estado intervencionista en Venezuela: el caso de la Corporación Venezolana de Fomento*. Caracas, Cendes.
- BROWNING, Harley. (1962), *Urbanización en México*. Berkeley, Universidad de California.
- CASTELLS, Manuel. (1974), "Movimiento de pobladores y lucha de clases en el Chile de la Unidad Popular". In: _____ (org.), *Estructura de clases y política urbana en América Latina*. Buenos Aires, Ediciones Siap.
- _____. (1983), *A questão urbana*. Rio de Janeiro, Paz e Terra.
- CEPAL. (1977), *Dependencia, urbanización, y cambio social en América Latina [1967]*. Lima, Mosca Azul Editores.
- D'IMPERIO, Ocarina Castillo. (2003), *Los años del Bulldózer: ideología y política, 1948-1958*. Caracas, Fondo Editorial Tropykos.
- FRECHILLA, Juan Martín. (1994), *Planes, planos y proyectos para Venezuela, 1908-1958: apuntes para una historia de la construcción del país*. Caracas, Universidad Central de Venezuela.
- GARZA, Gustavo. (1996), *Cincuenta años de investigación urbana y regional en México, 1940-1991*. México, El Colegio de México.
- GERMANI, Gino. (1976), "La ciudad, el cambio social y la gran transformación". In: _____. *Urbanización, desarrollo y modernización*. Buenos Aires, Paidós.
- GILMAN, Claudia. (2003), *Entre la pluma y el fusil: debates y dilemas del escritor revolucionario en América Latina*. Buenos Aires, Siglo XXI.
- GORELIK, Adrián. (1999), "Historia de la ciudad e historia intelectual". *Prismas. Revista de historia intelectual*, Buenos Aires, Universidad Nacional de Quilmes, 3.
- _____. (2001), "Mapas de identidad – la imaginación territorial en el ensayo de interpretación nacional: de Ezequiel Martínez Estrada a Bernardo Canal Feijóo". *Prismas. Revista de historia intelectual*, Buenos Aires, Universidad Nacional de Quilmes, 5.
- _____. (2004a), "El comparatismo como problema: una introducción". *Prismas. Revista de historia intelectual*, Buenos Aires, Universidad Nacional de Quilmes, 8.

- _____. (2004b), “Richard Morse y la ‘ciudad latino-americana’: apogeo y decadencia de un ciclo”. *Relea*, Caracas, Cipost, Universidad Central de Venezuela, 20, jul.-dez.
- HABERMAS, Jürgen. (1989), *El discurso filosófico de la modernidad*. Buenos Aires, Taurus.
- HARDOY, Jorge Enrique. (1972), “El rol de la urbanización en la modernización de América Latina”. In: _____. *Las ciudades en América Latina: seis ensayos sobre la urbanización contemporánea*. Buenos Aires, Paidós.
- _____ & MORENO, Oscar. (1974), “Tendencias y alternativas de la reforma urbana”. *Desarrollo Económico*, Buenos Aires, 52, jan.-maio.
- HAUSER, Philip (org). (1967), *La urbanización en América Latina*. Buenos Aires, Solar/Hachette.
- HIRSCHMAN, Albert. (1973), “Ideologías del desarrollo económico en América Latina”. In: _____. *Desarrollo y América Latina: obstinación por la esperanza*. México, Fondo de Cultura Económica.
- ILPES. (1974), *Planificación regional y urbana en América Latina*. México, Siglo XXI.
- KAPLAN, Marcos. (1972), “Prólogo”. In: HARDOY, Jorge Enrique. *Las ciudades en América Latina*. Buenos Aires, Paidós.
- MATOS MAR, José. (1968), *Urbanización y barriadas en América del Sur*. Lima, Instituto de Estudios Peruanos.
- _____. (1977), *Las barriadas de Lima 1957*. 1ª edição 1966. Lima, Instituto de Estudios Peruanos.
- MORSE, Richard. (1957), “La ciudad artificial”. *Estudios Americanos*, Sevilla, XII: 67-68, abr.-maio.
- _____. (1970), *Formação histórica de São Paulo: da comunidade à metrópole*. São Paulo, Difusão Européia do Livro (col. Corpo e Alma do Brasil, dirigida por Fernando Henrique Cardoso).
- _____. (1971), *La investigación urbana latinoamericana: tendencias y planteos*. Buenos Aires, Ediciones Siap.
- _____. (1973), *Las ciudades latinoamericanas*. México, SEP, 2 vols.
- _____. (1989), “Las ciudades como personas”. In: _____ & HARDOY, Jorge (orgs). *Nuevas perspectivas en los estudios sobre historia urbana latinoamericana*. Buenos Aires, IIED-GEL, pp.75-76.
- NEGRÓN, Marco. (2001), *Ciudad y modernidad, 1936-2000: el rol de sistema de ciudades en la modernización de Venezuela*. Caracas, Ediciones Instituto de Urbanismo, FAU-UCV.
- POLANY, Karl. (1947), *La gran transformación*. Buenos Aires, Editorial Claridad.
- ROMERO, José Luis. (1976), *Latinoamérica, las ciudades y las ideas*. Buenos Aires, Siglo XXI.

SINGER, Paul. (1975), *Economía política da urbanização*. São Paulo, Brasiliense/Cebrap.
 TURNER, John. (1969), "Problemas del habitat: soluciones administrativas y soluciones populares". *Cuadernos Summa – Nueva Visión*, Buenos Aires, 29, jun.

Resumo

A produção da "cidade latino-americana"

Este trabalho propõe uma análise histórica da categoria "cidade latino-americana" como construção cultural. O argumento central é que, durante o período compreendido entre o segundo pós-guerra e a década de 1970, a idéia de "cidade latino-americana" funcionou como uma categoria do pensamento social, como uma figura do imaginário intelectual e político em amplas regiões do continente. Este texto procura reconstruir os principais itinerários conceituais e ideológicos da categoria, suas funções políticas e institucionais na conjuntura específica da região. Esse modo de entender a categoria "cidade latino-americana" em sua configuração histórica específica, sugere o autor, pode oferecer uma via produtiva para os estudos culturais latino-americanos.

Palavras-chave: Cidade latino-americana; Planejamento; História cultural urbana.

Abstract

The production of "the Latin American city"

This paper suggests a historical analysis of the category "Latin American city" as a cultural construct. The central argument is that, during the period between the post-war and the 1970's, the idea of a Latin American city became a category of social thought, as part of the intellectual and political imagination in several regions of the continent. The text tries to rebuild the main conceptual and ideological turns, their political and institutional functions within the specific regional circumstances. The article suggests that this approach to the "Latin American city" category in its precise historical configuration may be a productive path for Latin-American cultural studies.

Keywords: Latin American city; Planning, and urban cultural history.

Texto recebido em 29/9/2004 e aprovado em 18/1/2005.

Adrián Gorelik é professor da Universidade Nacional de Quilmes e pesquisador do Conicet. É autor, entre outras publicações, de *Miradas sobre Buenos Aires: historia cultural y crítica urbana* (Buenos Aires, Siglo XXI, 2004) e *Das vanguardas a Brasília: cultura urbana e arquitetura na América Latina* (Editora UFMG, Belo Horizonte, no prelo). E-mail: agorelik@unq.edu.ar.